

O português popular do semiárido baiano: fundamentos teóricos, sócio-históricos e empíricos

Silvana Silva de Farias Araújo¹
(UEFS)

Introdução

Neste capítulo, é feita uma discussão sobre o português vernacular do Brasil ou o que tem comumente sido chamado de *português popular brasileiro*. Em linhas gerais, assume-se como princípio a crença de que, embora a identidade linguística nacional possa ser aferida também em certas particularidades da norma culta, é na popular que melhor podem ser identificadas as características genuinamente brasileiras.

São utilizados, neste texto, os termos *norma culta* e *norma popular* com base na definição de *comunidade de fala*, esta estabelecida no âmbito da teoria sociolinguística variacionista (LABOV, 1972). Para melhor explicitar a conceituação adotada, expõe-se a citação:

Comunidade de fala para esse modelo teórico-metodológico não é entendida como um grupo de pessoas que falam exatamente igual, mas que compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros; comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente, compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem. (LABOV, 1972; GUY, 2000)

Assim, nessa linha de raciocínio, mesmo havendo uma inegável correlação entre a ausência ou a precária escolarização do falante e o uso da norma popular,

1 Professora Adjunta do Departamento de Letras e Artes da UEFS. Membro Permanente do PPGEL.

apresentam-se argumentos, neste texto, que mostram a importância de se considerar fatos da sócio-história do português brasileiro (PB) como fundamentais para a emergência dos traços da fala vernácula brasileira. Em outras palavras, chama-se a atenção para a necessidade de considerar a existência de duas histórias do português do Brasil, motivadas por fatores como a demografia histórica, os contatos linguísticos, a transmissão linguística irregular do português (BAXTER, 1995; LUCCHESI, 2000), além da urbanização e da escolarização da sociedade brasileira como processos tardios.

Nessa perspectiva, a pouca ou nenhuma escolarização deve ser considerada apenas um dos fatores que levaram/levam à existência de usos linguísticos socialmente estigmatizados, tais como a ausência da flexão de plural em nomes e verbos e a existência de processos fonético-fonológicos, como iéismo, rotacismo, entre outros.

Nesse sentido, os fatores sócio-históricos, para além da escolarização, mencionados anteriormente, podem explicar a existência da bipolarização de normas na realidade sociolinguística brasileira (LUCCHESI, 1994, 2001, 2015), isto é, a existência de *variedades socialmente prestigiadas* e de *variedades socialmente desprestigiadas* (termos também adequados para o que se discute neste texto e que vêm sendo adotados por alguns linguistas, a exemplo de Tânia Lobo).

A propósito dessas questões sócio-históricas, adotam-se, neste texto, as ideias postuladas pelo historiador da *língua portuguesa no Brasil*, Serafim da Silva Neto (SILVA NETO, 1963[1950]). Esse linguista salientou a necessidade de se buscar na história externa elementos para o entendimento da gênese da identidade linguística nacional no Brasil, baseando-se em fontes historiográficas e etnográficas, rompendo, pois, com discussões mais motivadas por arroubos nacionalistas (remanescentes no Brasil até a primeira metade do século XX) do que por considerações contextualizadas em torno da língua portuguesa no Brasil.

Dado o exposto, este capítulo estrutura-se da seguinte forma: na seção 1, faz-se um breve panorama acerca de questões sócio-histórico-demográficas que estão na base da formação do português popular brasileiro, abordando-se, inclusive, questões teóricas sobre o conceito de crioulização como um processo variável. Na seção 2, centra-se nas particularidades da formação do português popular da região semiárida baiana, apoiando-se na diferença apontada por Silva Neto (1963[1950]) entre a linguagem da costa e a do interior/sertão. Ainda nessa seção, ressalta-se a necessidade de se buscar fontes de dados para o estudo da formação do português popular no “interior dos sertões”, sendo também discutidas questões teóricas e empíricas em torno do conceito de português popular brasileiro, além das sócio-históricas. O capítulo encerra-se com as considerações finais.

1 Consideração sobre a sócio-história do português brasileiro

Para o entendimento acerca da formação da realidade sociolinguística brasileira, é necessário que o linguista conheça fatos da história do Brasil e de Portugal, sendo, portanto, imprescindíveis fontes e estudos históricos propriamente ditos. Por essa razão, discutem-se, além de temas como contato linguístico, transmissão linguística irregular e bipolarização de normas, a demografia histórica e a escolarização em perspectiva histórica, aspectos esses essenciais para o entendimento da história e da caracterização atual do português do Brasil e, particularmente, do semiárido baiano.

Nesse sentido, não foi por acaso que Silva Neto (1963[1950], p. 12) iniciou a sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*² com a seguinte epígrafe “A nossa língua é também a nossa história” (Grimm). E acrescenta que foi seu objetivo colocar a língua no seu verdadeiro lugar, “o de expressão da sociedade, inseparável da história da civilização”. Além disso, para o autor, “é imprescindível organizar excursões linguístico-etnográficas para devassar o interior brasileiro e recolher amplos materiais”.

A visão do estudioso, expressa no livro em foco, em que pese o seu ponto de vista preconceituoso em relação à superioridade da cultura europeia em detrimento das culturas indígena e africana, é pertinente no que diz respeito à sua visão histórica sobre a bipolarização de falares no diassistema linguístico brasileiro. Essa visão histórica, mais tarde retomada por Cunha (1972) e sistematizada em vários estudos por Lucchesi (1994, 2001, 2009, 2015), explica as principais diferenças entre os usos linguísticos habituais de pessoas com alto nível de escolarização e os de pessoas analfabetas ou com baixa escolarização:

É indispensável distinguir, desde os tempos mais antigos, os estratos sociais da língua portuguesa³ usada no Brasil. Por isso estabelecemos que

2 Possivelmente, o autor usou a expressão “língua portuguesa no Brasil” e não “portuguesa do Brasil” ou “português brasileiro” para evitar a propagação da polêmica em torno da suposta autonomia linguística brasileira em relação ao idioma lusitano. Essa polêmica é muito bem contextualizada no prefácio da obra por Auguste Magne, que expôs: “Quando se vão extinguindo entre nós os derradeiros ecos de ruidosas discussões em torno do idioma nacional, o Dr. Serafim, com perspicaz clarividência e a imperturbável serenidade do sábio alheio ao rebuliço de paixões transitórias, assenta o problema no sólido fundamento dos fatos e, à luz da etnografia e da evolução histórico-social do povo brasileiro, delinea com firmeza e nitidez as características que individualizam no Brasil, em ambiente totalmente diverso, o formoso idioma do velho Portugal.

3 Neste e nos outros trechos do livro de Silva Neto (1963[1950]) foi preservada a ortografia utilizada pelo autor.

os portugueses da Europa e seus filhos falariam um português de notável unidade, enquanto os aborígenes, os negros e os mestiços se entendiam num crioulo ou semi-crioulo. À proporção que se ia firmando a civilização, o português, graças ao seu prestígio de língua dos colonizadores e de língua literária, foi-se irradiando. (SILVA NETO, 1963[1950], p. 12)

A atualidade das ideias do autor pode ser atestada também no seu entendimento de que determinadas particularidades sociais, a exemplo do contato linguístico, teriam afetado não só a fala dos africanos escravizados, mas também a dos indígenas, questão retomada depois por Mussa (1991), Mattos e Silva (2004), entre outros:

Nos maiores povoados do litoral os aborígenes ensaiavam os primeiros passos no aprendizado do português: “mas nenhuma palavra pronunciam com *f*, *l*, *r* (entenda-se *r* forte) não só das suas mas nem ainda das nossas, porque querem dizer *Francisco*, dizem *Pancicú* (nota-se a mudança no acento) e se querem dizer *Luís*, dizem *Dubi*... (Fr. Vicente do Salvador, História do Brasil, 1989, pág. 25). (SILVA NETO, 1963[1950], 33-34)

Ainda séculos depois, à volta de 1815, escrevia o viajante inglês Koster, fiel observador da vida colonial: “Todos os indígenas em Pernambuco falam o português, mas raros o pronunciam bem”. Há sempre um acento que faz descobrir ser o interlocutor um indígena, mesmo que se ouça sem querer notar. (*Travels in Brazil*, Londres, 1816. Cita-se a trad. de Câmara Cascudo, página 174). (SILVA NETO, 1963[1950], p. 35-36)

A influência africana no português brasileiro é, por outro lado, ainda mais incontestável, principalmente porque, paulatinamente, foram os indígenas aglomerando-se em povoações rurais, deixando de participar de forma direta na vida urbana da população brasileira. Contudo, não se pode acreditar que a presença de tão numerosos índios no Brasil não tenha exercido influências na formação do português brasileiro.

Os primeiros povoadores portugueses entraram em contato com índios que habitavam o litoral do Brasil e que falavam línguas do tronco tupi; eram línguas aparentadas, diferentemente do que ocorria no interior, onde havia línguas muito diversas entre si. A homogeneidade da costa litorânea brasileira propiciou a difusão da língua geral pelo interior do país⁴, que chegou a ameaçar a hegemonia da

4 Rodrigues (1986, p. 95) informa que existiam duas línguas gerais, a paulista, de base tupiniquim, utilizada como instrumento de colonização pelos bandeirantes, e a língua geral amazônica de base tupinambá, presente do Maranhão até a Amazônia.

língua portuguesa no Brasil, até que, a partir da segunda metade do século XVIII, acontecimentos da conjuntura sócio-histórica brasileira levaram à generalização da língua portuguesa no Brasil.

Diante dessas questões referentes ao convívio de portugueses com indígenas, cabe analisar qual foi a sua real importância na formação da realidade sociolinguística brasileira. Nesse aspecto, julga-se fundamental considerar a hipótese de que os indígenas também passaram por processos de transmissão linguística irregular ao adquirirem o português como segunda língua. Essa hipótese, geralmente, não é aventada, tendo em vista que se acredita que houve uma ampla disseminação da língua geral no Brasil colônia. No entanto, é necessário que se avalie de forma mais acurada a extensão do uso dessa língua e, de igual forma, a natureza do que seria a “língua geral”.

Nesse sentido, Mussa (1991) argumenta que a língua geral ou brasílica não era vastamente usada no Brasil colonial, sendo mais restrita aos aldeamentos dominados pelos padres da Companhia de Jesus:

Uma relativa autonomia desses aldeamentos face ao poder real garantia aos missionários de Jesus o controle de uma preciosa frente de colonização. A língua geral foi, assim, a língua difundida nessa frente, não apenas língua de intercurso, mas materna das famílias luso-indígenas, enquanto o português era a língua da sociedade dos senhores de engenho. (MUSSA, 1991[1950], p. 152-153)

Silva Neto (1963[1950]) também apresenta dados que levam a questionar a amplitude da generalização da *língua geral* no período colonial brasileiro, chegando, inclusive, a sugerir que, além da “língua geral”, os índios falavam uma variedade simplificada do português, denominada por ele de “língua travada” (p. 64). Assim, é possível que os inúmeros mamelucos nascidos no período já estivessem implementando mudanças fonético-fonológicas e morfossintáticas induzidas pelo contato linguístico em decorrência de processos de transmissão linguística irregular do português.

No âmbito dessas questões, Mattos e Silva (2004 [2000]) destaca que, para a investigação do antecedente histórico do português popular brasileiro – denominado por ela de *português geral brasileiro* –, é pertinente considerar a hipótese levantada pelo historiador Monteiro (1995): a de que muito do que se nomeia por *língua geral*, na documentação colonial, poderia ser confundido com o português aprendido como segunda língua por uma grande massa de falantes, uma vez que poucos eram os que dominavam a *língua geral*:

No cenário colonial, os “atores” linguísticos principais em concorrência seriam: as línguas gerais indígenas, o português europeu e o que tenho de-

signado de português geral brasileiro, que teria como falantes principais os indígenas remanescentes que se integraram à sociedade nacional e os africanos e afro-descendentes [...] (MATTOS E SILVA, 2004[2000], p. 95)

Nesse sentido, sobressai a importância de se considerar a transmissão linguística irregular⁵ na formação da identidade sociolinguística brasileira, aplicando-a não apenas no tocante à participação africana, mas também à indígena. Por outro lado, fatos da sócio-história do Brasil conduzem a que a população africana seja vista como a grande difusora do “português geral brasileiro”. Entre esses fatos, destaca-se, primeiramente, a intensa participação de negros africanos e de seus descendentes na demografia histórica do Brasil em comparação com a extrema redução dos índios, conforme é evidenciado em alguns estudos, a exemplo do célebre trabalho de Mussa (1991).

Assim, embora traga argumentos que ratifiquem que não deva ser ignorada a participação indígena na difusão do português modificado na sócio-história do PB, Mattos e Silva (2001) traz informações pertinentes para sustentar a hipótese de que a população de origem africana constituiu a força motriz para difundir o português no Brasil em detrimento das línguas indígenas e, mais ainda, que foi a responsável por generalizar as características motivadas pelo contato entre línguas na formação do PB. Embasando-se na leitura da obra *Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*, a pesquisadora apresenta as conclusões expostas por Funari (1996) e Price (1996) de que, nesses considerados “espaços ilegítimos da escravidão”, a língua utilizada era a portuguesa e não outras de origem banto, de forma tal que os africanos e seus descendentes difundiram o “português geral brasileiro”.

À proporção que esse português adquirido como segunda língua e sem normatização foi se consolidando, iniciava-se a polarização sociolinguística do Brasil, principalmente nas concentrações urbanas que já existiam. De um lado, o português “modificado”, falado pelo extenso contingente populacional do Brasil, e de outro, o português idealizado pela escassa elite brasileira, zeladora dos padrões linguísticos e culturais lusitanos. Silva Neto (1963[1950]) também abordou essa questão:

Êsse núcleo de elite, que já era bastante forte no início do século XIX, toma consciência mais nítida de seu grupo com a chegada da elite portuguesa. Com efeito, é preciso ter sempre na devida conta que a reduzida elite dos primeiros tempos coloniais fora, durante três séculos, passando

5 Conceito explicitado na próxima subseção deste capítulo.

pelo fenômeno da circulação, magnificamente estudado por Pareto. (SILVA NETO, 1963[1950], p. 71)

1.1 Os contatos linguísticos no Brasil e as suas consequências no português popular brasileiro

Atualmente, é consensual a postulação de que o intenso contato entre línguas diversas e ininteligíveis na sócio-história do português brasileiro não chegou a acarretar a formação de um crioulo prototípico, e sim um processo de transmissão linguística irregular. Em outros termos: a hipótese da existência de um crioulo no passado linguístico brasileiro encontra-se desacreditada, estando em seu lugar a de que houve condições sócio-históricas específicas no Brasil que levaram a que mudanças ocorressem na estrutura da língua portuguesa na sua condição de língua transplantada, sem que tivesse havido uma simplificação total na sua gramática, a ponto de ter gerado outra língua, tal como ocorre em situações típicas de criouliização⁶.

Assim, nas situações de contatos linguísticos pode ocorrer uma mudança radical nos sistemas linguísticos, gerando o surgimento de uma nova língua, ou um processo mais atenuado de mudança, em que surge uma variedade de língua já existente e não uma nova língua. Esse segundo caso é o que pode ser tomado para explicar o surgimento das principais características do português popular brasileiro.

Há, portanto, nuances no processo de mudanças linguísticas induzidas pelo contato entre línguas, pois determinados fatores extralinguísticos podem levar não à ocorrência de uma língua *pidgin* ou *crioula* propriamente dita, mas a um processo de singularidades da língua considerada de *superstrato*. Segundo Baxter (1995), Baxter e Lucchesi (1997), Lucchesi e Baxter (2009) e Lucchesi (2000; 2003), são exemplos desses fatores: (i) a facilidade de acesso dos falantes das outras línguas e de seus descendentes aos modelos da língua alvo; (ii) a proporção relativa entre a população de escravos e a população dominante; (iii) a homogeneidade ou a heterogeneidade linguística da população escrava; (iv) a continuidade da importação de novos escravos; (v) a taxa de natalidade da população formada durante o período de contato.

Nesse sentido, Baker (1982) e Bickerton (1984) postularam que, nos casos de contato entre línguas, podem ocorrer ou situações que levam à formação de um

6 Por outro lado, a transmissão linguística irregular, como uma hipótese interpretativa para a gênese do português brasileiro, não é aceita de forma unânime por todos os estudiosos. Ao contrário, é contestada por aqueles que defendem uma explicação intrasistêmica, presa a fatores internos à estrutura da língua portuguesa (NARO; SCHERRE, 1993, 2007).

crioulo radical, quando ocorre um maior período de *prevalência do jargão (estágio pré-pidgin)*, a exemplo do que ocorreu na formação do crioulo haitiano, ou, ainda, um processo de transmissão linguística irregular do tipo mais leve, como deve ter ocorrido nas variedades populares do português do Brasil, em que não se originou outra identidade linguística, mas uma variedade da língua alvo.

O pressuposto básico é o de que o grau de reestruturação linguística relaciona-se com o grau de acesso que os adquirentes de segunda língua têm a falantes de primeira língua. Nesse sentido, embora não seja possível estabelecer com precisão o grau mínimo de acesso necessário para a aquisição de segunda língua, a ideia é que esse mínimo não é atingido nos ambientes onde a língua crioula surge (ARENDS, 2008, p. 316). Segundo esse autor, o primeiro crioulista a propor, ainda que apenas no nível teórico, um ponto de corte para a emergência do crioulo foi Bickerton (1981), estipulando que os crioulos surgem num ambiente onde menos de 20% da população é falante da língua dominante⁷.

Em decorrência do contato entre línguas, as línguas crioulas apresentam como características estruturais certas simplificações gramaticais, permanecendo apenas os itens lexicais de maior transparência semântica e de maior funcionalidade para o ato comunicacional, ocorrendo ou uma “otimização” de itens gramaticais ou a gramaticalização de itens lexicais. Consequentemente, segundo Lucchesi e Baxter (2009, p. 110), as línguas que passaram por um processo de transmissão linguística irregular apresentam, em maior ou menor grau, alterações nas marcações morfológicas das categorias gramaticais de caso, número, gênero, pessoa, tempo, modo e aspecto, e nas relações sintáticas de regência, concordância, coordenação e subordinação, bem como nos processos de ligação anafórica e de movimento no âmbito da sentença.

Nos casos em que as condições sócio-históricas não chegam a permitir a formação de uma língua crioula, não deixa de existir uma série de modificações na estrutura linguística da língua alvo. Isso se dá por ocorrer, em todos esses casos de transmissão linguística irregular, uma transição geracional da língua alvo, adquirida como língua segunda (L2), para a nativização como língua materna (L1). Em outras palavras, o processo de aquisição linguística pela criança, que, em condições normais, se dá pela aquisição de um quadro estrutural bem definido, é

7 É preciso considerar que, na formação de uma língua crioula, ou mesmo na formação de uma variedade de uma mesma língua, devem ser consideradas outras questões que não apenas a da proporção numérica entre brancos e negros, como, aliás, expõe Arends (2008, p. 316): “Needless to say, the issue of access to first-language speakers is not just a quantitative matter; the quality of the interaction between whites and blacks may also have differed widely. Not enough is known, however, to specify the linguistic impact that this may have had”.

diferente do que ocorre no processo de aquisição da língua alvo nas situações de contato entre línguas.

Nessas situações de contato entre línguas, as características estruturais da L2 influenciam fortemente os dados linguísticos primários na aquisição da língua alvo nativizada, como L1. Essas tendências estruturais de L2 são o reflexo de restrições psicolinguísticas que atuam sobre a aquisição de uma L2 por adultos e, portanto, vão ter sérias consequências para as subseqüentes gerações de falantes de L1 em situações de transmissão linguística irregular, ou seja, de uma *crioulização de tipo leve*. As modificações na língua alvo ocorrem em virtude do fato de os adultos envolvidos nessa situação de multilinguismo não terem mais acesso aos dispositivos inatos que atuam naturalmente no processo de aquisição de língua materna, além de que não há um ideal normativo.

De tal modo, em linhas gerais, postula-se que, nos casos de contato linguístico, origina-se uma aprendizagem imperfeita do português, gerando uma terceira modalidade linguística, isto é, nem seria uma língua africana (L1), nem a língua portuguesa (L2), e sim uma “L3”, uma espécie de “interlanguage systems”, conforme destaca Celani (1997), referindo-se à modalidade que surge nas situações de aprendizagem de segunda língua. Ou seja, nesses casos de contato entre línguas, surge uma variedade segunda da língua alvo (LUCCHESI, 2003, p. 273), a qual fornece os dados linguísticos primários para os seus descendentes⁸, momento em que ocorre um incremento das funções comunicativas, devendo haver, consequentemente, uma expansão gramatical do código emergencial. Assim, acredita-se que, em todo e qualquer processo de transmissão linguística irregular desencadeado pelo contato entre línguas, estarão presentes estruturas típicas em processos de aprendizado assistemático de segunda língua, a exemplo da variação ou perda da morfologia flexional (LUCCHESI, 2000). Resumindo, ocorrem os seguintes processos nas situações de contato entre línguas: o bilinguismo, a aquisição da língua-alvo e o gradual abandono das outras línguas.

No caso do Brasil, esses contatos não deixaram de influenciar a feição peculiar do PB, como se pode observar, por exemplo, na alta frequência de usos variáveis na concordância verbal e nominal em suas variedades populares, existindo nessas, inclusive, uma estratificação diferenciada das variáveis em relação aos usos cultos, no que diz respeito, por exemplo, a tendências de mudanças, à avaliação subjetiva, às variações estilísticas. De todo modo, fica explicitado que,

8 Atente-se para a teoria de Lightfoot (1979; 1991) a respeito da explicação para as mudanças linguísticas. Segundo o estudioso, essas ocorreriam no momento da aquisição, em que as crianças mudariam de parâmetros gramaticais a partir da presença ou ausência de *dados robustos*.

de forma alguma, pode ser desprezada a importância das situações de contato linguístico na constituição da realidade sociolinguística brasileira.

1.2 Sócio-história da língua portuguesa falada no semiárido baiano⁹

O principal propósito desta seção é apresentar informações que subsidiem o entendimento acerca da formação das particularidades atuais do português brasileiro. Nesse sentido, salienta-se, mais uma vez neste texto, que as pesquisas (sócio) linguísticas devem se pautar não apenas em informações linguísticas, mas, de forma basilar, em informações sobre o contexto sócio-histórico-cultural e geográfico que, de certa maneira, molda a fala dos informantes, na medida em que “o falante encerra em si a síntese do geográfico com o social” (CARDOSO, 2010, p. 12).

O Semiárido (o interior/o sertão) compreende a maior parte do território baiano. Aos propósitos deste texto, cabe a discussão sobre a história do povoamento de algumas regiões baianas. Nesse sentido, coaduna-se com Almeida (2005), no sentido de que informações extralinguísticas são fundamentais para o entendimento de questões linguísticas. Assim, pronuncia-se a autora:

A meu ver, a consideração de aspectos que definem o processo de ocupação de terra e, conseqüentemente, o “tipo” de ocupantes, o tipo de contato entre as pessoas envolvidas na ocupação e produção rural baiana, é relevante para os estudos sociolinguísticos, porque fornece indícios sobre a forma de interação e contatos linguístico-culturais distintos e sobre o avanço e a consolidação da língua portuguesa nessa região. (ALMEIDA, 2005, p. 46)

Em linhas gerais, como informam Carneiro e Almeida (2006, p. 658), o processo de urbanização na Bahia resultou, além de antigos aldeamentos indígenas, de centros administrativos, de serviços religiosos, de áreas de *plantation*, de fazendas de agropecuária, da exploração mineral e de quilombos. O predomínio da costa perdurou até o findar do século XVII, mesmo após a ordenação da Coroa Portuguesa para serem criadas povoações pelo Recôncavo, com o objetivo de serem oferecidos serviços jurídicos à população (ARAÚJO; ARAÚJO, 2009).

Paulatinamente, além da costa litorânea, o Recôncavo Baiano também foi preferido para a ocupação pelos portugueses, devido à facilidade de acesso por vias marítima e fluvial, e também pela riqueza de suas terras, haja vista que, de imediato, não foram encontrados metais preciosos, minérios ou especiarias na

9 Esta seção é uma versão atualizada do capítulo 3 da tese da autora deste capítulo (ARAÚJO, 2014).

Bahia, restando a exploração agrícola (VILHENA, 1969, p. 175). Assim, a região recebeu uma grande leva de escravos africanos para o trabalho nas diferentes atividades agroexportadoras, sendo a principal delas a canavieira.

Embora não seja possível precisar o número de escravos africanos trazidos para o Recôncavo, variável de engenho para engenho, pode-se afirmar, com base nas duas avaliações realizadas no “Engenho Freguesia” (PINHO, 1982), que era bastante diversificada a situação de contato entre línguas, algo que favoreceria, certamente, a modificação na estrutura da língua portuguesa, em decorrência do processo de transmissão linguística irregular.

Afora a região do Recôncavo da Bahia, há de se refletir sobre o processo de constituição sócio-histórica de outras regiões baianas, procurando dessa reflexão buscar elementos que venham a elucidar a formação da realidade linguística brasileira/baiana. Daí o foco deste trabalho na região semiárida.

A região semiárida baiana comporta uma diversidade geoambiental que deu margem a diferentes processos de exploração colonialista. A região abriga, por exemplo, áreas em que houve a extração de metais e pedras preciosas, como a Chapada Diamantina, e outras com baixa produtividade econômica devido à pouca fertilidade de seus solos. A região do Semiárido abriga, portanto, áreas que se contrapõem no que diz respeito ao padrão de urbanização (CARNEIRO; ALMEIDA, 2006)¹⁰.

De modo geral, são notáveis as diferenças entre o Sertão e o Recôncavo/Litoral. Boaventura (1989, p. 12), por exemplo, defende uma distinção radical entre essas duas regiões, vinculando o sertão à “civilização do pastoreio”, a qual no seu entendimento agregou uma série de distinções socioculturais, econômicas

10 Almeida (2005) analisou o uso variável do preenchimento de sujeito referencial, a partir de dados orais coletados em duas microrregiões baianas representadas por três comunidades (Barra/Bananal, Mato Grosso, ambas localizadas na Chapada Diamantina, e Matinha, na zona rural de Feira de Santana, estando na região do Semiárido). A autora partiu da premissa de que os estudos demográficos contribuem para o entendimento “sobre a constituição e a consolidação do português em áreas rurais onde houve contato entre o português, em maior ou menor escala, e as línguas africanas e brasílicas, entre outras, e onde o processo de escolarização é recente” (p. 45). Atente-se ao fato de que as comunidades estudadas pela pesquisadora possuem formações sócio-histórico-demográficas diferenciadas, as primeiras originadas nos chamados “ciclos do ouro” (século XVIII) e a segunda, nos “ciclos da agropecuária” (século XVII a XIX, segundo Neves, 2008). Os resultados apontaram para uma pequena diferença entre as comunidades da Chapada e a do semiárido, sendo que nesta última havia o favorecimento do sujeito nulo, pelo fato de seus moradores serem mais escolarizados, já que as marcas morfológicas podem identificar o sujeito nulo. Sobre a pouca diferença dos resultados, a autora, perspicazmente, frisa que, mesmo na zona de mineração, o contato entre portugueses e africanos não foi muito intenso como nas áreas de *plantation*.

e demográficas. O autor chega a enfatizar, em várias passagens de seu livro, a relação diferenciada entre escravos e senhores nas duas regiões baianas, mostrando, inclusive, um contato mais direto entre senhores e escravos ou entre europeus e negros/mestiços na região sertaneja.

Nesse sentido, para Neves (2008), essa nova dinâmica, integradora de várias regiões interioranas, promoveu um sistema socioeconômico contrário à planificação do colonizador (que era pautada no latifúndio, na monocultura e no escravismo, mas que só foi executada, em sua totalidade, apenas no litoral). Para o autor, boiadeiros e tropeiros do alto sertão da Bahia expandiram seus negócios para diversas regiões, tanto do interior da província quanto para outras províncias, tendo tido grande participação no “povoamento” do interior.

É ao contexto de expansão pelo interior, muito difundido por sertanistas bandeirantes na Bahia, que remontam as origens do povoamento do semiárido baiano. Da situação sócio-histórica dos municípios do interior/sertões da Bahia, pode-se presumir uma situação de contatos linguísticos e culturais diversos.

A explanação sobre os contatos entre povos de diferentes etnias no período anterior ao século XX exige a busca por informações em diversas fontes, pois, como admite Neves (2008, p. 18), os recenseamentos brasileiros passaram a registrar dados distritais apenas a partir de 1920. Assim, para a escrita desta seção, foi preciso considerar estudos realizados por historiadores que, por sua vez, utilizaram-se de pesquisas em correspondências entre autoridades municipais e distritais, notas cartoriais, inventários *post mortem*, escrituras de escravos, correspondências particulares, cartas de alforrias, entre outras fontes historiográficas, além de informações divulgadas pelos censos.

Primeiramente, cabe salientar que os estudos sobre a escravidão na região semiárida da Bahia carecem de mais atenção por parte dos estudiosos. Nesse sentido, Silva (2011, p. 19), ao tratar da historiografia baiana das décadas de 1990 e 2000, constata que, das 146 dissertações de mestrados defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, no período de 1992 a 2007, 68% tiveram como recorte espacial a cidade de Salvador e a Região Metropolitana, 14% o sertão baiano, 5% a região sul do estado e 3% de outros estados (Sergipe, Pará, Mato Grosso e Ceará). Focando mais diretamente a escravidão oitocentista, a autora salienta que, desde as primeiras décadas do século XX, grande parte de pesquisadores ocupou-se da instituição da escravidão, mas identificou apenas 31% de trabalhos da produção historiográfica do Programa da UFBA com temática na escravidão e nos destinos da população negra e mestiça na Bahia. Mais ainda, a autora destaca como a temática da escravidão, nos sertões baianos, tem sido tão timidamente tratada nos estudos realizados no âmbito do Programa:

[...] percebo que, somente nos últimos anos do século XX, a historiografia baiana teria, timidamente, tocado na imensidão de nossos sertões. No que tange a essa aproximação, salienta-se que 30% dos trabalhos sobre o sertão baiano dedicam-se a escravos e ex-escravos, o que redundava em 4% do total das 146 dissertações de mestrado defendidas na UFBA entre 1992 e 2007. (SILVA, *op. cit.*, p. 21)

Das afirmações da autora, presume-se que a história da população de origem africana tem sido mais investigada nos espaços do Recôncavo açucareiro, de modo que a inserção da população africana e afrodescendente nas “terras de dentro” carece de mais estudos.

No que tange às regiões sertanejas, considerando a diversidade de atividades econômicas desenvolvidas nos séculos XVI e XIX, é lícito afirmar que os contatos não se deram de maneira uniforme. Na região de mineração na Chapada Diamantina, nos atuais municípios de Jacobina, Rio de Contas e Lençóis, houve, por exemplo, uma maior exploração da mão de obra escrava em comparação com o que houve na área pastoril. Não obstante essa maior presença de escravos, a presença africana foi mais tardia e mesmo momentânea, já que muitos afrodescendentes migraram para outras áreas após o esgotamento das jazidas mineradoras (principalmente para as áreas pastoris). Nessa região, também deve ter havido muitos escravos brasileiros que migraram do estado de Minas Gerais.

Neves (2008) descreve bens inventariados, de modo a proporcionar elementos para discutir o cotidiano de comunidade sertaneja alvo de sua pesquisa (na região da Serra Geral), apresentando as suas principais atividades agropecuárias e comerciais e, conseqüentemente, os contatos linguísticos delas decorrentes. Nos inventários apurados, entre outros bens, são elencados “engenhoca de moer canas”, plantações de milho, de mandioca e de algodão, jóias, balanças de pesar ouro, oratórios, imagens sacras, descascadores e prensas de algodão, quantias de dinheiro, mas, principalmente, a presença de animais, de cabeças de gado vacum, cavalos. Já o número de escravos era bastante reduzido.

O estudo de Neves (2008) tem o mérito de focalizar a escravidão colonial fora das regiões dos centros movimentados da economia da época, tratando, inclusive, das policulturas de abastecimento do mercado interno. Nas áreas de abrangência de sua pesquisa, a escravidão desenvolveu-se articulada com a meação¹¹:

11 Vianna Filho (2008[1946], p. 185) destaca que a meação era mais um sistema de colaboração do que de subordinação, exigindo-se apenas duas qualidades: fidelidade absoluta e domínio completo da região.

A escravidão se desenvolveu no Alto Sertão da Bahia ao mesmo tempo e articulada com a meação. Choupanas de agregados confundiam-se com casebres de escravos. Contudo, as informações sobre meeiros, agregados ou não, tanto na documentação utilizada por esta pesquisa, como na historiografia tradicional sobre o sertão, são escassas e pouco esclarecedoras. (NEVES, 2008, p. 263)

A Tabela 1 resume os resultados da investigação realizada por Neves (2008) em 20% dos inventários *post mortem* do município de Caetité, autuados entre 1880 e 1887, que integram o acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), sendo examinados os espólios que possuíam fazendas na atual jurisdição de Igaporã. O pesquisador ressalta que 53% dos inventários registraram de um a dez escravos e 73% apresentavam menos de vinte, “inclusive velhos e crianças, maioria dos cativos em alguns plantéis” (p. 269). Em suma, o autor afirma que os inventários dos 30 proprietários por ele pesquisados somam 522 escravos e a média aproximada é de dezoito escravos por unidade agrária¹². A tabela seguinte reproduz os resultados encontrados:

Tabela 1¹³ Frequência de escravos por plantel (1768-1833).

Nº de escravos	Nº de plantéis
Menos de 05	05
De 06 a 10	11
De 11 a 20	06
De 21 a 50	06
Mais de 51	02

Fonte: APEB. Judiciário, Inventários.

A Tabela 2, também apresentada por Neves (2008), traz indícios de que os escravos que havia no Alto Sertão já tinham uma maior proficiência no português, já que eram brasileiros em sua maioria: dos 522 escravos, 76% eram brasileiros e 12% africanos e mais 12% sem declaração étnica ou foram reconhecidos como pretos:

12 O autor ressalva que os inventários da amostra realizada, por serem de épocas diferentes, em alguns casos, trazem os mesmos escravos em mais de um documento, por haver espólios de herdeiros.

13 Reprodução da tabela divulgada em Neves (*op. cit.*, p. 270).

Tabela 2¹⁴ Origem, cor e gênero dos escravos (1768-1883).

Origem/cor	Homens	Mulheres	Não identificados	Total
Africanos	53	11	-	64
Angolas	21	3	-	24
Minas	6	1	-	7
Benguelas	4	-	-	4
Hauçás	2	-	-	2
Nagôs	2	-	-	2
Congos	1	-	-	1
Rebolos	1	-	-	1
Africanos (sem ident.)	16	7	-	23
Brasileiros	206	186	3	395
Crioulos	113	103	1	217
Cabras	52	55	1	108
Mulatos	23	16	1	40
Pardos	16	12	-	28
Mestiços	2	-	-	2
Sem Identificação	34	27	2	63
Não declarados	25	23	2	50
Pretos	9	4		13
TOTAL GERAL	293	224	5	522

Fonte: APEB. Judiciário, Inventários.¹⁵

A relação senhor/escravo na região da Chapada é apontada por Pina (2000, 2001) também como mais “íntima”, principalmente devido à confiança que teria que ter o proprietário da mina, para evitar roubos de diamantes. Almeida (2005, p. 53) suspeita que a relação não fosse tão próxima como nas regiões agropecuá-

14 Reprodução da tabela divulgada em Neves (*op. cit.*, p. 277).

15 Nos esclarecimentos feitos por Neves (*op. cit.*, p. 276), “crioulo”, qualquer negro nascido no Brasil. “Cabra”, crioulo filho de mulato e negro, de cor mais escura do que o mulato. “Mulato, expressão pejorativa, mestiço de branco com o negro. “Pardo”, designativo de cor entre branco e preto, talvez intermediação de mulato e branco. “Mestiço”, apenas alusão genérica atribuível a qualquer miscigenado.

rias, mas admite que deveria ser menos hierárquica do que nas zonas de *plantations* (Recôncavo).

Sobre a escassez de escravos no sertão da Bahia, no período colonial e imperial, cabe fazer algumas observações finais. Nesse sentido, são pertinentes as considerações feitas por Luiz Vianna Filho, importante político e intelectual baiano. Para Vianna Filho (2008[1946], p. 181),

o sertão “não foi hostil ao negro”, apenas a sua organização econômica o repeliu, haja vista que o escravo negro foi associado, primeiramente, ao açúcar, depois às minas, e mais tarde às plantações de café, de modo que, na economia das caatingas e dos campos pastoris, “foi um elemento deslocado.

Para isso, segundo o autor, concorriam múltiplos fatores: (i) o alto preço em desacordo com a pobreza das explorações da região; (ii) a própria natureza dos serviços locais, reclamando apenas limitado número de trabalhadores afeitos ao conhecimento geográfico dos tabuleiros sem fim e destinados a uma constante mobilidade no rastro dos animais tresmalhados; (iii) a impossibilidade de uma severa fiscalização, como a que exerciam, nos canaviais e nas minas, os feitores atentos. Assim, conclui:

Caro, ignorando a região, sempre disposto à fuga, o negro não oferecia, no sertão, as mesmas vantagens que dele fizeram o trabalhador indispensável do litoral. Excetuadas as zonas auríferas e diamantíferas, a cuja exploração se adaptava perfeitamente, não houve para ele um lugar na vida sertaneja. Um outro existia, desempenhando a função de criado ou de laçai. E quando muito foi um elemento de passagem, transitando pelas estradas do interior como tropeiro ou carregador, ou como parte mínima de alguma *bandeira*. Nas demais atividades, o precioso colaborador do branco foi o índio, e depois, ao se alastrar a miscigenação, o mameluco ou curiboca. (VIANNA FILHO, *op. cit.*, p. 182)

Quanto à presença indígena na região semiárida, também importante vetor para a gênese das modificações da língua portuguesa no Brasil, há alguns estudos que trazem informações a esse respeito. Há registros da presença de índios paiaís na região do semiárido, precisamente na região do Paraguaçu. Para a região da mineração, também há registros da presença de índios, muitos deles levados por bandeirantes paulistas para explorarem as minas. Na Bahia, há municípios com maior predominância de descendência indígena, por exemplo, no sul do estado, na região de Porto Seguro, na região nordeste da Bahia e também na zona semiá-

rida, a exemplo do município de Cícero Dantas. Salienta-se que os remanescentes indígenas são todos falantes do português.

É possível sustentar que, no interior sertanejo da Bahia, dado o baixo número de escravos negros, o povoamento tenha ocorrido, inicialmente, por indígenas e, mais tarde, por sertanejos filhos mestiços de portugueses com índias. Como salienta Vianna Filho (2008[1946], p. 183), o conquistador português logo percebera a superioridade dos índios para se embrenhar nas matas, vencendo obstáculos naturais e transpondo rios, além de serem “mais baratos”. As expedições das bandeiras, por exemplo, muito se serviram da presença indígena. Ainda segundo Viana Filho (*op. cit.*), por exemplo, o famoso sertanista Matias Cardoso Almeida, ao chegar à Bahia, em 1690, trouxe mais de 100 homens brancos e grande número de índios e não há nenhuma referência ao elemento negro. Da mesma forma, o eminente Cristóvão de Barros Cardoso trouxe, em suas expedições à Bahia, 150 brancos e mamelucos e 3.000 frecheiros tapuias.

Ao tratar da paisagem humana do pastoreio, Boaventura (1989, p. 73-75) defende a existência de uma “gente diferente da que vivia no trabalho da zona marítima”. Para o estudioso, não houve muita mestiçagem com o negro, havendo mais a mistura do “sangue índio” com o “sangue português”:

O pouco preto, elemento em geral negróide e não negro propriamente, que penetrou a catinga nordestina e se infiltrou nas terras que se espreguiçam além do vale do Paraguaçu, em meio às águas do Rio de Contas e frente aos barrancos do São Francisco, dilui-se na grossa mistura já encontrada de sangue índio e sangue português principalmente. Absorveu-o o sangue indígena. É o fenômeno que se denuncia a toda hora nas paragens sertanejas, na fisionomia acobreada dos seus habitantes atuais, já na delicadeza de linhas de alguns de pele mais escurecida, ou na finura do cabelo solto, ou na mediana estatura, ou mesmo na mentalidade, o que delata, de certo modo, parentesco bem próximo com o indígena, de estatura mais modesta, mais para brevilíneo que longilíneo, ao que se afirma. Veja, por exemplo, o cearense, em cujo caldeamento preponderou, por muito tempo, o elemento aborigine, conforme repete Gustavo Barroso. (p. 75)

O autor também cita a presença holandesa no povoamento de terras interiores sertanejas:

De ponta a ponta. Com o flamengo veio gente de outra origem, de outra raça. Brancas ou claras. O branco luso, em época anterior, havia marcado vigorosamente a sua entrada pelo sertão. Enxameiam por toda parte belos perfis de mulheres brancas e se encontram constantemente traba-

lhadores de pele alva e até aloirados. Conheci no Nordeste famílias inteiras, cujos componentes, mesmo os homens, traziam na face um róseo finíssimo, a par de traços limpos e nobres. E os narizes finos, os cabelos, que voam soltos, povoam os recantos mais longínquos e escondidos do Estado. (p. 73-74)

Sobre essa ascendência indígena da população das terras do sertão, Silva (2011) enfatiza a observação feita por José Calazans no sentido de destacar o fato de a obra *Os sertões*, publicada em 1902 – apenas 14 anos após a extinção do sistema escravista no Brasil –, não trazer em nenhuma página as palavras *escravo* ou *escravidão*. Nesse sentido, Silva (op. cit.) chega a levantar o questionamento de que a postura de Euclides da Cunha, bem como de outros estudiosos da época, poderia ser uma forma de branquear a população brasileira, vendo no índio uma figura mais heroica do que na do negro do litoral. Questionamento válido, mas que não encontra respaldo à luz dos testemunhos expostos nesta seção, pois, como informam os estudiosos, foi, de fato, em menor número a presença de africanos nas regiões sertanejas durante o seu povoamento, principalmente pelo fato de as atividades econômicas no sertão demandarem menos escravos.

Ao final desta seção, ressalta-se que não se fez uma exposição mais detalhada sobre a presença portuguesa na região do semiárido baiano, por se julgar que essa não foi muito diferente do que ocorreu em outros interiores brasileiros, ou seja, foram portugueses e/ou seus descendentes, sem muita instrução, que vieram habitar as terras interioranas baianas. Sobre essa questão, Neves (2011), amparado no ramo da história denominado *História de família*, destaca que poucos membros da nobreza portuguesa fixavam-se no Brasil após a exoneração dos cargos que ocupavam, permanecendo apenas representantes da pequena aristocracia rural, que formaram a base da elite colonial; os representantes desta, por sua vez, raramente preferiam “isolar-se” no sertão, distante dos núcleos urbanos. Esse mesmo autor declara que, na região do Alto Sertão da Bahia, o ápice da ocupação portuguesa se deu no século XVIII, após a descoberta de jazidas, tendo congregado muitos portugueses, que lá se misturavam com baianos e paulistas ao conseguirem arrendamentos de terras. O Alto Sertão da Bahia, segundo informa o autor, também atraiu a presença de mouros, judeus e ciganos, que fugiam das perseguições na Europa, optando pelo isolamento dos sertões.

Na próxima seção, são comentados, de forma resumida, alguns aspectos concernentes à natureza do português popular e sobre fontes de estudo para essa modalidade do português do Brasil.

2 O português popular no semiárido baiano e o fator escolarização

Este capítulo iniciou-se com a afirmação de que a escolarização deve ser considerada apenas um dos fatores que levam/levaram à existência das principais características do português popular brasileiro. Nesse sentido, foi argumentado que a composição histórica da demografia do Brasil foi o fator mais decisivo para imprimir peculiaridades na fala vernácula brasileira, na medida em que a grande presença africana no Brasil colonial e imperial, atrelada à participação ativa desse contingente populacional na dinâmica social do país, propagou as principais peculiaridades advindas na estrutura da língua portuguesa em decorrência da aquisição do português como L2 por uma grande massa de africanos escravizados ao longo dos quatro primeiros séculos do Brasil.

Na seção anterior, por sua vez, foram expostos resultados de pesquisas realizadas por historiadores e linguistas que apontam que, na região semiárida baiana, a presença africana foi, em termos numéricos, menos marcante do que a presença da população indígena e “mestiça”, tendo ficado a maior presença daquele contingente populacional nos espaços do litoral e do Recôncavo. Para além da questão numérica, foi discutido, também na seção anterior, que, em decorrência das diferentes atividades econômicas desenvolvidas nessas regiões, o tipo de relação entre falantes do português como L1 e falantes do português como L2 – isto é, entre a população de ascendência europeia e a de ascendência africana – foi diferenciada, impulsionando, por sua vez, resultados diversos na estrutura da língua portuguesa em formação no Brasil.

Assim, cabem dois questionamentos: i) a língua portuguesa no semiárido baiano esteve/está menos afetada pelas marcas típicas de línguas que passaram pelo contato linguístico, uma vez que a presença dos grandes difusores do “português geral brasileiro” foi ali menos frequente? ii) qual a relevância da escolarização para a caracterização das normas linguísticas no Brasil atualmente? É sobre essas questões que se discorre a seguir.

Começando a responder sobre a segunda questão, a que se relaciona com a escolarização, cabe notar que se, historicamente, no Brasil, o ensino jesuítico tinha pouco alcance social, essa situação teria se agravado com as reformas pombalinas, que implantaram o ensino público sob responsabilidade direta da Coroa Portuguesa, uma vez que faltavam professores e as escolas não estavam em todas as localidades, de maneira que muitos acabavam recebendo as instruções por parte de seus próprios parentes ou por professores particulares, no próprio ambiente doméstico. Essa precária situação levou a que Gandra (2010, p. 51) afirmasse o seguinte:

[...] em 1818, momento em que as reformas pombalinas já estavam bem consolidadas, apenas 2,5% da população masculina livre, em idade escolar, eram atingidos pelas aulas régias em São Paulo, o que provavelmente era a regra geral do Brasil (SILVA, 1997 apud VILLALTA, 1997, p. 357)

Havia, assim, nos anos dos setecentos e início dos oitocentos, uma acentuada elitização do ensino público e, em face da precária escolarização da população do Brasil da época, pode-se deduzir que havia também uma restrita situação de ensino realizada em âmbito privado ou doméstico. Essa situação começou a ganhar novos contornos a partir da segunda metade do século XIX, no período pós-abolicionista e republicano¹⁶. Nesse contexto, a escolarização passa a ser incentivada, pois, além de ser vista como essencial pelas elites e camadas médias em ascensão, havia também um estímulo em razão de mudanças socioeconômicas, pois, de uma cultura predominantemente oral, a urbanização crescente e as mudanças daí advindas demandavam a necessidade da escrita para se efetuarem as transações que esse sistema emergente criava.

A despeito dessa aparente preocupação com a melhoria na Educação no Brasil, a situação continuou, durante muito tempo, a ser precária. Nunes (2009, p. 147) informa, por exemplo, que Manoel Pinto de Souza Dantas, o presidente da Província da Bahia, declarou, em 1866, que “a instrução primária muito deixava a desejar por não estar bem disseminada, apesar de com ela se despender cerca de quarta parte da renda da província”. Faltavam, sobretudo, instalações apropriadas para o funcionamento das escolas, comprometimento de alguns professores e consciência de alguns pais, alunos, e, até mesmo, professores, do valor da educação formal.

O hiato entre o ideal estabelecido e os resultados era um fato, pois, segundo dados dos censos (IBGE), os índices de analfabetismo na Bahia eram altos e só aumentavam, embora houvesse várias medidas para o “exterminar”: em 1872, 81,9% e, em 1889, 91,3%¹⁷. No Brasil, com uma população de 4.600.000 indivíduos, o índice de analfabetos era de 80% entre a população livre, ou de 86% quando consideradas as mulheres; e, entre a população escrava, o índice de analfabetos era de 99,9% (FAUSTO, 1994, p. 137 apud MATTOS E SILVA e SOUZA, 2005, p. 2). Portanto, o quadro educacional ainda era dos mais desanimadores:

16 Havia, segundo Hilsdorf (2001, p. 71), o argumento iluminista de que “sem luzes os povos jamais serão felizes”.

17 Esse aumento de 10% pode ser explicado pelo fato de que, após 1888, os africanos e afro-brasileiros entraram nas estatísticas oficiais, pois já não eram mais considerados “peças”.

Na segunda metade do século XIX, muitos professores ainda não tinham formação adequada; além disso, eram mal remunerados e tinham de assumir as despesas com os locais de trabalho. Por outro lado, os alunos, embora se matriculassem nas escolas, não frequentavam as aulas, e suas famílias não empreendiam esforços para tal fim. (SANTANA, 2009, p. 92)

Desse modo, se, de acordo com Houaiss (1985, p. 88-89), no correr dos séculos XVI a XVIII, os portugueses plenamente escolarizados representariam algo entre 0,5 a 1% da população brasileira, o que dizer desse percentual entre a população das regiões mais recônditas do país?

Nesse sentido, Carneiro e Almeida (2006, p. 659), ao discutirem a constituição histórica do PB, articulam aspectos demográficos com o processo de escolarização no Brasil¹⁸, chegando à conclusão de que, apesar de, no século XIX, ter havido aumento de escolas, o percentual de letrados no Brasil e na Bahia ainda era baixo em fins do século XIX¹⁹, de modo que

Talvez não possamos falar de um português culto²⁰ no interior da Bahia para o período aqui estudado, mas, apenas, de um português semi-culto, e, principalmente, de um português popular, se, de fato, o processo de escolarização ocorreu nessa região nos termos como parece evidenciado pelos dados que apresentamos nos itens precedentes.

Não acreditamos que o ensino de primeiras letras, que na maioria das vezes ocorria de forma precária, vide depoimento de Durval Vieira de Aguiar, pudesse influenciar a variedade linguística usada pelo geral da população que permanecia excluída do sistema escolar.

Assim, é mais adequado postular que, na região semiárida, houve um predomínio da norma popular, pelo menos até o início do século XX, devido ao fato de a escolarização ter sido ainda mais rara do que havia na região litorânea e do Recôncavo.

18 Detiveram-se, em especial, ao século XIX, baseando-se em relatórios e falas dos presidentes de província e mapas de alunos sob a guarda do Arquivo Público da Bahia (APEB); coleção de leis e resoluções da Assembleia Legislativa da Bahia e, pontualmente, os atos do governo da província, ambos de 1835 a 1889, também do APEB, que estavam sendo arrolados por Antonietta de Aguiar Nunes.

19 As autoras apoiam-se nos estudos de Ferreira (1875 apud NUNES, 2003) e Novais e Alencastro (1997).

20 Nota das autoras: Definido aqui como o falado ou escrito por portadores de nível superior.

Sobre a primeira pergunta feita anteriormente, sobre a menor presença de africanos e afrodescendentes no espaço do semiárido, cabe responder, coadunando com Carneiro e Almeida (2006, 2011), sinalizando para o entendimento de que a população de origem africana pode ter exercido um maior papel na região semiárida da Bahia, na zona de agropecuária, a partir das migrações dos escravos que trabalharam nas minas e também no recôncavo para a zona de pecuária, no século XIX. Contudo, conforme se expôs na seção 1 deste texto, não se pode desconsiderar que a população indígena também tenha sido propulsora de mudanças linguísticas induzidas pelo contato. Soma-se a isso o fato de a ausência de escolarização/standardização linguística ter sido ainda mais acentuada no semiárido da Bahia.

3 Conclusões

A temática apresentada neste texto suscita uma extensa pauta de pesquisas, exigindo a contribuição de estudiosos de diferentes campos e teorias. É essencial também contar com uma rica fonte de dados linguísticos, sendo primordial a constituição de *corpora* linguísticos (orais e escritos). Sobre essa questão, urge que sejam formados bancos de dados que tragam ao cenário de pesquisas as faces do português popular, como, aliás, já vem sendo feito, tanto para as fontes do presente quanto do passado do português²¹. Somente assim poderá a constituição do português brasileiro popular ser bem avaliada.

Nesse sentido, considerando os aspectos discutidos neste capítulo, entende-se que o debate sobre a história sociolinguística do PB é fundamental para um entendimento contextualizado acerca da identidade linguística brasileira atual, sendo relevante considerar as duas grandes vertentes do português do Brasil. Assim, evitam-se afirmações genéricas e focalizam-se os fenômenos linguísticos encaixados na estrutura histórico-social da comunidade de fala analisada. Considera-se ainda que a hipótese interpretativa da *transmissão linguística irregular* é consistente para formação do PB.

As diferenças linguísticas entre certos usos cultos e populares – não apenas em termos de frequências, mas também de avaliação social e de tendências de mudanças – conduzem à crença de que, ainda nos dias atuais, existem especificidades que opõem a fala de pessoas escolarizadas à fala de pessoas com baixa ou nenhuma escolarização. Bortoni-Ricardo (2005) salienta, inclusive, a existência de fenômenos linguísticos que separam essas duas normas, com os seus conceitos de traços/regras *graduais/contínuos*, a exemplo da monotongação (vide a pronún-

21 Sobre a contribuição dos bancos de dados para os estudos sobre a formação e a realidade atual do PB, cita-se o texto de Araújo et alii (no prelo).

cia “fera” por “feira”) e de traços/regras *abruptos/descontínuos*, como em “craro” por “claro”.

Cita-se, ainda, o fato de, em comunidades fortemente ligadas pelo contato entre línguas, como o das comunidades rurais afro-brasileiras, os mais jovens, quando em comparação com os mais idosos, utilizarem com menor frequência traços linguísticos socialmente desprivilegiados, o que indica um processo de aquisição em direção à língua alvo.

Evidenciou-se, portanto, neste capítulo, que a presença de africanos no Brasil colonial e imperial foi muito marcante para a constituição da realidade linguística brasileira. Também ficou explicitado que os outros aspectos socioculturais focalizados (o constante deslocamento de escravos, a precária escolarização da maioria da população brasileira e a predominância de comunidades rurais no Brasil até o final do século XIX) tiveram importância e, mais do que isso, estão intimamente relacionados ao primeiro fator social citado e, de certa forma, são decorrentes dele, dado que foram os africanos e seus descendentes os mais atingidos pela tardia escolarização e urbanização brasileiras. Daí ser fundamental o conhecimento da história social do português brasileiro.

Por outro lado, acredita-se que novas evidências empíricas, a partir de pesquisas sócio-históricas e linguísticas com dados de comunidades de fala mais diversificadas, trarão mais elementos para o debate acerca da formação do PB e de sua realidade sociolinguística atual. De igual modo, é importantíssima a realização de pesquisas com dados do português popular de períodos mais recuados no tempo, como os que vêm sendo executados no âmbito do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa – NELP da UEFB (SANTIAGO, 2012; CARNEIRO, 2005, entre outros).

Referências

- ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. *Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado em três comunidades rurais da Bahia*. Campinas: UNICAMP, 2005 (Tese de Doutorado).
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. Salvador: UFBA, 2014 (Tese de Doutorado).
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira. A formação sócio-histórica do português do Brasil: contribuições do recôncavo baiano. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, Niterói, n. 39, 2009, p. 95-116.

- ARENDS, Jacques. A demographic perspective on creole formation. In: KOUWENBERG, S.; SINGLER, J. V. (Ed.). *The handbook of pidgin and creole studies*. Oxford: Blackwell, 2008, p. 309-331.
- BAKER, Philip. On the origins of the first Mauritians and of the creole languages of their descendants. In: BAKER, Philip; CORNE, Chris. *Isle de France creole*. Ann Arbor: Karoma, 1982.
- BAXTER, Alan N. Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro – divergências nas vertentes afro-brasileiras. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, v. 14, 1995, p. 72-90.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos linguísticos e literários*, n.19, Salvador, UFBA, 1997, p. 65-84.
- BICKERTON, Derek. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.
- BICKERTON, Derek. The language bioprogram hypothesis. *The behavioural and Brain Sciences*, n. 7, Cambridge University Press, 1984, p. 173-203.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: EDUFBA, 1989.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CARNEIRO, Zenaide Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Edufba, 2006, v. 2, p. 649-674.
- CARNEIRO, Zenaide Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. Demografia e norma linguística no semi-árido baiano nos séculos XVIII e XIX: uma introdução. In: FAGUNDES, Erivaldo (Org.). *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Arcádia, 2011, p. 599-617.
- CELANI, Maria Antonieta Alba (Org.). *Ensino de segunda língua: redescobrimo as origens*. São Paulo: EDUC, 1997.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo de. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 26-51.

GANDRA, Ana Sartori. *Cartas de amor na Bahia do século XX: normas linguísticas, práticas de letramento e tradições do discurso epistolar*. Salvador: UFBA, 2010 (Dissertação de Mestrado).

GUY, Gregory. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões linguísticos. *Organon*, 14 (28-9), 2000, p. 17-32.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LIGHTFOOT, David. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

LIGHTFOOT, D. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge: MIT Press, 1991.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, 1994, p. 17-28.

LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000 (Tese de Doutorado).

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *D.E.L.T.A.* São Paulo, v. 17, n. 1, 2001, p. 97-132.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 63-92.

- LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: Roncarati, Cláudia; Abraçado, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 272-284.
- LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, Dante; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. *A teoria da variação linguística*. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica>>. 2004. Acesso em: 23. set. 2016.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões. *ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, no. 17, Recife. Editora Universitária/UFPE, 1995, p. 73-86.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. II: primeiros estudos, tomo II. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP:FAPESP, 2001, p. 275-302.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. “O português são dois...”: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editoria, 2004, p. 106-115.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. A escolarização relacionada à demografia na Província da Bahia no século XIX. *Actas do XIV Congresso Internacional da ALFAL*, Monterrey. Memórias. Monterrey: ALFAL, v. 1, 2005, p. 264-277.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestão para uma pauta de pesquisa. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, 2009, p. 11-30.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MUSSA, Alberto B. N. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991 (Dissertação de Mestrado).

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, n. 9, 1993, p. 437-454.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao mini-fúndio (um estudo de história regional e local)*. 2 ed. Revista e ampliada. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Mouros, judeus, ciganos: origens portuguesas de famílias do Alto Sertão da Bahia. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Arcádia, 2011, p. 63-117.

NOVAIS, Fernando e ALECASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo. Companhia das Letras. (História da Vida privada no Brasil, 2), 1997.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. A educação na Bahia imperial. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). *História da educação na Bahia*. Salvador: IAT/Governo da Bahia, 2009.

NUNES, Antonietta de Aguiar. *Política educacional no início da República da Bahia: duas versões do projeto liberal*. Salvador: UFBA, 2003 (Tese de Doutorado).

PINA, Maria Cristina Dantas. *Santa Isabel do Paraguaçu: cidade, garimpo e escravidão nas Lavras Diamantinas, Bahia século XIX*. Salvador: UFBA, 2000 (Dissertação de Mestrado).

PINA, Maria Cristina Dantas. Os negros do diamante: escravidão no sertão das Lavras Diamantinas – século XIX. *Politéia*, v. 1, n. 1, 2001, p. 179-200.

- PINHO, Wanderley. *História de um engenho no Recôncavo*: Matoim, Novo Caboto, Freguesia (1554/1944). São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1982.
- PRICE, Richard. Palmares como poderia ter sido. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 52-60.
- RODRIGUES, Aryon D. *Línguas brasileiras*: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.
- SANTANA, Noemi Pereira de. Escola primária e padronização linguística na Bahia na segunda metade do século XIX. In: OLIVEIRA, Klebson; SOUZA, Hirão F. C.; GOMES, Luís. (Org.). *Novos tons de rosa*: para Rosa Virgínia Mattos e Silva. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 75-94.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- SILVA, Marinélia Sousa da. Os sertões oitocentistas na historiografia baiana: notas sobre a escravidão. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). *Sertões da Bahia*: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Arcádia, 2011, p. 15-50.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Por uma história do português no Brasil. In: RAMOS, Jânia Martins e ALKMIM, Mônica A. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras-UFMG, 2007, p. 359-371.
- VIANNA FILHO, Luiz. *O negro na Bahia*: (um ensaio clássico sobre a escravidão). 4ª ed. Prefácio à primeira edição Gilberto Freire, notas à terceira edição Luís Henrique Dias, prefácio à quarta edição Luís Henrique Dias Tavares. Salvador: EDUFBA/Fundação Gregório de Matos, 2008.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. v. 1. Salvador: Itapuã, 1969.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa, 1997.